ebury bank

EBURY BANCO DE CÂMBIO S.A.

CNPJ 13.059.145/0001-00

Relatório da Administração em 30 de junho de 2026

[illegible] tou os seguintes resultados financeiros em milhares de reais:

- Ativos Totais: R$ 407.590
- Investimentos em Projetos de Tecnologia: R$ 45.423
- Patrimônio Líquido: R$ 235.521
- Patrimônio de Referência: R$ 118.518
- Ativos Ponderados pelo Risco RWA: R$ 80.030
- Índice de Basiléia: 15,55%
- Desempenho do Resultado dos semestres:

Em milhares de reais	30/06/2026	30/06/2025
Receita Bruta	**116.384**	**96.866**
(-) Custos sobre a Receita Bruta	**(29.657)**	**(19.759)**
Resultado Bruto	**86.727**	**77.106**
Margem Bruta (%)	*74,52%*	*79,60%*
(-) Despesas Gerais e Administrativas	**(55.159)**	**(48.401)**
EBITDA	**31.568**	**28.706**
Margem Ebitda (%)	*27,12%*	*29,63%*
(-) Depreciação e Amortização	**(2.961)**	**(2.378)**
(-) Impostos sobre o Lucro	**(5.719)**	**(10.535)**
(-) Outras Despesas não operacionais	**(8.716)**	**(1.973)**
Lucro Líquido	**14.172**	**13.820**

Fatos Administrativos e Corporativos

- **Reestruturação Societária**: o grupo Ebury Brasil realizou um planejamento de reestruturação societária com objetivo de simplificar as operações no Brasil, diminuindo o número de empresas por meio de incorporações aprovada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2025. Assim o resultado da reorganização societária foi uma incorporação reversa, no qual o Ebury Banco de Câmbio S.A. incorporou as empresas: Ebury Banco Holding Participações Ltda., [illegible] nal, reduzir o tempo de liquidação das operações e elevar a experiência do cliente.

No campo regulatório, a Administração continuará acompanhando de forma proativa a evolução dos temas regulatórios e fiscais, com destaque para os temas de capital mínimo, segurança cibernética, qualidade de informações, prevenção à lavagem de dinheiro e reforma tributária de modo a assegurar a plena conformidade do Banco dentro dos prazos estabelecidos.

Do ponto de vista macroeconômico, a Administração monitora com atenção os cenários de juros no Brasil e no exterior, além do volume do comércio exterior brasileiro, fatores que influenciam diretamente o volume de operações intermediadas pelo Banco.

Por fim, a Administração reafirma seu compromisso com a disciplina de capital e de riscos, com a governança corporativa e com a geração sustentável de valor para acionistas, clientes e demais partes interessadas.

Auditoria

De acordo com a Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, informamos que durante o semestre findo em 30 de junho de 2026 os Auditores Independentes prestaram, exclusivamente, serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, sem realizar quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesse e perda de independência ou de objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Sustentabilidade

O Ebury Banco de Câmbio S.A. adota as melhores práticas de sustentabilidade em seus negócios. Sua política interna de responsabilidade socioambiental contempla os termos da Resolução CMN nº 4.945, de 15 de setembro de 2021, bem como o modelo de controle que deve ser adotado em relação às operações, clientes, parceiros e fornecedores, possibilitando a avaliação e mitigação do risco socioambiental.

A gestão do Risco Socioambiental tem como escopo a avaliação e análise de clientes, parceiros e fornecedores, incluindo a avaliação de *compliance* e a exigência de que, em todos os contratos firmados, conste cláusula prevendo as questões relacionadas ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo e trabalho infantil, a fim de que sejam identificados os riscos associados aos eventuais danos socioambientais.

O Ebury Bank apoia projetos em áreas sociais, de saúde, culturais, educacionais e esportivas em entidades reguladas pelos órgãos competentes. Por fim, o Banco adotou práticas voltadas à redução de seu impacto ambiental, com destaque para: (i) substituição de copos plásticos por copos biodegradáveis; (ii) implementação de coleta seletiva de resíduos, com destinação adequada de materiais recicláveis; (iii) adoção de iluminação sustentável (LED); e (iv) manutenção de escritório sustentável, com práticas de consumo consciente de energia, água e materiais.

Diversidade

A Lei nº 15.177/2025 representa a governança corporativa brasileira ao consolidar a diversidade não mais como uma diretriz, mas como um elemento estrutural na gestão das instituições. Sendo assim, em atendimento ao §6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 15.177/2025, o Banco informa que: o Banco possuía 177 colaboradores no semestre findo em 30 de junho de 2026, sendo 114 homens (64%); 62 mulheres (35%) e 01 Não Binários (1%);

Acreditamos que a transparência é o primeiro passo para a construção de um ambiente corporativo mais justo e equitativo, e reafirmamos nosso compromisso com a evolução contínua destes indicadores nos próximos exercícios.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT)

O Ebury Bank, com o compromisso constante de prevenir e combater a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e a corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade com as regulamentações vigentes.

Reafirmando essa premissa, o Ebury Banco de Câmbio S.A. atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Esta estrutura prevê instrumentos de controle, análise e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros de forma individualizada. Os sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas.

A área de Compliance em conjunto com a Diretoria são responsáveis por assegurar o cumprimento dos preceitos previstos nas normas de prevenção à lavagem de dinheiro e do combate ao financiamento do terrorismo, bem como o regular funcionamento dos controles, reportando-se para a Diretoria responsável pelas atribuições definidas na Circular BACEN nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020.

Por fim, o Banco mantém programa de treinamento institucional de PLD/CFT para o quadro de colaboradores de forma online, com periodicidade anual.

Conjuntura Econômica em 2026

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por elevada volatilidade cambial, refletindo o cenário de incerteza em torno da política monetária dos principais bancos centrais. As expectativas de alta de juros ganharam força ao longo do período, com o mercado atribuindo probabilidade relevante a uma nova elevação por parte do Federal Reserve (Fed). A valorização do dólar observada nas últimas semanas do semestre esteve associada, sobretudo, ao anúncio de uma nova tentativa da administração Trump de implementar tarifas comerciais adicionais por via judicial, reforçando a percepção de que a política monetária voltou a ser o principal vetor dos movimentos cambiais globais.

BRL

O real brasileiro apresentou valorização ao final do primeiro semestre, impulsionado pela manutenção dos preços do petróleo em níveis elevados. O evento de maior relevância no período, contudo, foi o anúncio de uma nova rodada de tarifas americanas, que passou a afetar 60 parceiros comerciais dos Estados Unidos, entre eles o Brasil. À tarifa de 25% já em vigor desde meados do semestre sobre milhares de produtos brasileiros, somou-se uma tarifa adicional de 12,5%, com potencial incidência cumulativa sobre parte desses produtos.

Embora tais medidas representem um retrocesso relevante nas relações comerciais bilaterais, seu impacto econômico deve concentrar-se principalmente em segmentos específicos da indústria primária e secundária. Espera-se que o efeito agregado sobre a economia brasileira seja atenuado por três fatores: (i) as amplas isenções concedidas pelo governo americano; (ii) as medidas fiscais anunciadas pelo governo brasileiro em resposta ao cenário; e (iii) a capacidade dos exportadores brasileiros de diversificar gradualmente seus mercados de destino em direção à China, ao restante da Ásia e à Europa.

USD

Os indicadores econômicos divulgados ao longo de junho confirmaram o tom predominantemente positivo da economia americana. Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) referentes ao segundo trimestre indicam crescimento próximo a 6% em termos nominais, sem sinais de desaceleração, ao passo que a inflação permanece acima da meta do Fed pelo sexto ano consecutivo. Esse cenário, associado à recente elevação nos preços de energia, tende a reforçar a posição dos membros mais conservadores do FOMC.

Não se espera elevação de juros na reunião do Fed no período analisado; a expectativa, no entanto, é de que a comunicação do Banco Central americano seja predominantemente firme. O comunicado deve manter-se objetivo, e deve sinalizar a possibilidade de novas altas, caso o conflito no Irã se prolongue e os preços do petróleo permaneçam nos níveis atuais, por período prolongado.

EUR

O Banco Central Europeu (BCE) manteve os juros inalterados na última reunião do semestre, evitando comprometer-se explicitamente com uma trajetória de alta e reafirmando que suas decisões permanecem condicionadas à evolução dos dados econômicos.

O tom da presidente Christine Lagarde, foi de manter aberta a possibilidade de nova elevação de juros em setembro. A combinação entre a recuperação dos preços de energia, o tom mais positivo dos indicadores econômicos e a comunicação de Lagarde levou o mercado a precificar probabilidade de 80% para uma nova alta de juros na reunião de setembro. A recuperação inesperada dos PMIs de junho reforça essa leitura.

Agradecimentos

A administração do Ebury Bank agradece aos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

A Diretoria

Balanço Patrimonial
Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	**4**	**16.887**	**19.719**
Instrumentos Financeiros		**220.836**	**227.018**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**5**	70.045	124.064
Títulos e valores mobiliários	**6**	79.013	87.513
Recompras a Liquidar	**7**	8.141	12.361
Relações interfinanceiras	**8**	63.637	3.080
Outros Ativos	**9**	**31.180**	**24.747**
Total Ativo Circulante		**268.903**	**271.484**
Investimentos		**12.660**	**13.980**
Participações em Controladas	**10**	12.660	13.980
Ativo Fiscal Diferido	**11**	**75.755**	**82.473**
Imobilizado de Uso	**12**	**9.900**	**8.980**
Intangível	**13**	**52.726**	**47.617**
Depreciações e Amortizações	**12; 13**	**(12.354)**	**(9.393)**
Total Ativo Não Circulante		**126.027**	**129.677**
Ativo Total		**407.590**	**415.141**

Passivo	Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**55.491**	**70.599**
Depósitos	14	31.565	48.148
Relações interdependências	15	23.893	14.173
Revendas a Liquidar	7	33	8.278
Provisões		**2.761**	**2.583**
Contingências fiscais e trabalhistas	**16**	2.761	2.583
Outros Passivos	**17**	**113.783**	**120.626**
Credores Diversos		**34**	**11**
Patrimônio Líquido	**18**	**235.521**	**221.322**
Capital Social	18.a	150.109	127.549
Adiantamento para futuro aumento de Capital		-	22.560
Reserva Legal	18.b	12.143	11.434
Prejuízos Acumulados	18.b	(4.937)	(18.400)
Outros Resultados Abrangentes	1.a; 1. b	78.206	78.179
Passivo Total		**407.590**	**415.141**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros / (Prej. Acumulados)	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**50.000**	**-**	**10.000**	**31.954**	**(60)**	**-**	**91.894**
Aumento de Capital	-	26.087	-	-	-	-	**26.087**
Ajuste ao valor de mercado TVM	-	-	-	-	(18)	-	**(18)**
Lucro do semestre	-	-	-	-	-	13.820	**13.820**
Destinações:							
Reservas de Lucros	-	-	-	13.129	-	(13.129)	**-**
Reserva Legal - 5%	-	-	691	-	-	(691)	**-**
Saldos em 30 de junho de 2025	**50.000**	**26.087**	**10.691**	**45.083**	**(78)**	**-**	**131.783**
Mutações do 1° Semestre de 2025	**-**	**26.087**	**691**	**13.129**	**(18)**	**-**	**39.889**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**127.549**	**22.560**	**11.434**	**(18.400)**	**78.179**	**-**	**221.322**
Aumento de Capital	22.560	(22.560)	-	-	-	-	**-**
Ajuste ao valor de mercado TVM	-	-	-	-	27	-	**27**
Lucro do semestre	-	-	-	-	-	14.172	**14.172**
Destinações:							
Reservas de Lucros	-	-	-	13.463	-	(13.463)	**-**
Reserva Legal - 5%	-	-	709	-	-	(709)	**-**
Saldos em 30 de junho de 2026	**150.109**	**-**	**12.143**	**(4.937)**	**78.206**	**-**	**235.521**
Mutações do 1° Semestre de 2026	**22.560**	**(22.560)**	**709**	**13.463**	**27**	**-**	**14.199**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	30/06/2026	30/06/2025
Receita da Intermediação Financeira		**111.089**	**93.034**
Resultado de operações de câmbio	**7.b**	93.198	92.444
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		15.824	9.436
Resultado de operações com NDF		(4.547)	(747)
Resultado de operações com instrumentos financeiros		6.614	(8.099)
Resultado de Intermediação Financeira		**111.089**	**93.034**
Outras Receitas Operacionais		**5.272**	**3.832**
Receita de prestação de serviços	**19**	3.149	138
Outras receitas operacionais	**20**	2.123	3.694
Principais Despesas Operacionais		**(87.599)**	**(68.991)**
Despesas de pessoal	**21**	(32.822)	(28.671)
Outras despesas administrativas	**22**	(32.597)	(28.702)
Resultado de equivalência patrimonial	**10**	(1.320)	-
Despesas tributárias	**23**	(5.724)	(4.549)
Outras despesas operacionais	**24**	(15.136)	(7.069)
Despesas de Provisões		**(178)**	**(1.547)**
Provisões com contingências fiscais e trabalhistas	**16**	(178)	(1.547)
Resultado antes dos Tributos e Participações		**28.584**	**26.328**
Tributos e Participações sobre o Lucro		**(14.412)**	**(12.508)**
Imposto de Renda e Contribuição Social		**(12.414)**	**(10.605)**
Provisão para imposto de renda	**25**	(3.143)	(5.797)
Provisão para contribuição social	**25**	(2.576)	(4.738)
Ativo fiscal diferido	**11**	(6.695)	(70)
Participação nos Lucros		**(1.998)**	**(1.903)**
Empregados		(1.998)	(1.903)
Resultado Líquido dos Semestres		**14.172**	**13.820**
Quantidade de ações:		150.109	50.000
Lucro por ação		0,0944	0,2764

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro Líquido dos semestres	**14.172**	**13.820**
Marcação a mercado de títulos e valores mobiliários - VJORA	50	(33)
Efeitos fiscais	(22)	15
Resultado abrangentes dos semestres	**14.199**	**13.802**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

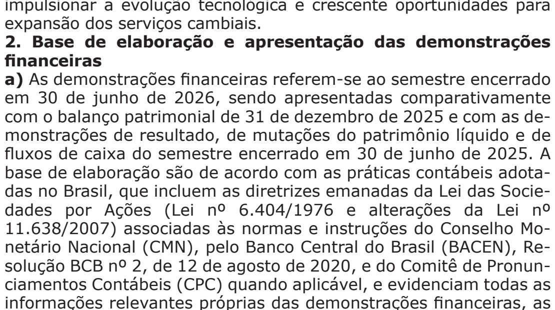
	30/06/2026	30/06/2025
Lucro Líquido do Período	**14.172**	**13.820**
Ajustes ao Lucro Líquido	**11.037**	**3.970**
Depreciações e amortizações	2.961	2.379
Ajustes ao valor de mercado de TVM	27	(18)
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.320	-
Provisões para passivos contingentes	178	1.547
Atualização de depósitos judiciais	(167)	(8)
Resultado ativo fiscal diferido	6.718	70
(Aumento) / Redução dos Ativos Operacionais	**6.455**	**463.179**
Outros ativos	(6.265)	4.772
Títulos e valores mobiliários	8.500	(62.063)
Instrumentos financeiros derivativos	4.220	(17.771)
Carteira de câmbio comprado	-	538.256
Ativo fiscal diferido	-	(15)
Aumento / (Redução) dos Passivos Operacionais	**(21.928)**	**(595.713)**
Depósitos	(16.583)	(9.452)
Relações interdependências	9.720	16.432
Outros Passivos	(8.265)	(2.808)
Instrumentos financeiros derivativos - Outros	(8.245)	-
Carteira de câmbio vendido	-	(525.345)
Negociação e intermediação de valores	-	(81.613)
Credores Diversos	22	(96)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	1.423	7.168
Caixa Líquido proveniente de atividades operacionais	**9.736**	**(114.744)**
Atividades de Investimentos		
Aquisições de imobilizados de uso	(920)	(338)
Aplicações no intangível	(5.109)	(5.648)
Alienações de imobilizados de uso	-	47
Caixa Líquido aplicado em atividades de investimentos	**(6.029)**	**(5.939)**
Atividades de financiamentos		
Integralização de Capital	22.560	-
Aumento de Capital (AFAC)	(22.560)	26.087
Caixa Líquido (Aplicado em) Atividade de Financiamentos	**-**	**26.087**
(Redução) / Aumento de Caixa e Equivalentes	**3.707**	**(94.597)**
Caixa e equivalentes no início do semestre	**146.862**	**183.545**
Caixa e equivalentes no final do semestre	**150.569**	**88.948**
(Redução) / Aumento de Caixa e Equivalentes	**3.707**	**(94.597)**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Ebury Banco de Câmbio S.A. ("Banco") é uma instituição financeira de capital fechado e sua matriz está localizada na Rua Gilberto Sabino, 215 na cidade de São Paulo – SP, Brasil. O Banco tem como sua única acionista e controladora a companhia Ebury Brasil Participações S.A. O Banco tem por finalidade principal a realização de operações e serviços de câmbio, intermediação e a prática de operações no mercado de câmbio e outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O Banco tem como objeto social a realização de operações de câmbio, transferências internacionais de recursos, intermediação e negociação de ativos financeiros. O Banco realizou um planejamento de reestruturação societária com objetivo de simplificar as operações no Brasil, diminuindo o número de empresas do grupo por meio de incorporações aprovada pelo Banco Central do Brasil, Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf). O requerimento ao DEORF foi aprovado em 10 de dezembro de 2025. A Reorganização planejada em 2024 e 2025 está alinhada com a estratégia de otimização das estruturas societárias e de negócios do Grupo Ebury. Com isso, reduziu-se custos em áreas administrativas e com o cumprimento de obrigações acessórias, além de tornar a administração conjunta mais eficiente ao gerar aproveitamento de sinergias, o que resultará em benefícios de natureza patrimonial e financeira para o Banco. Os impactos da reestruturação societário no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados abaixo: **a) Baixa dos Intangíveis:** O primeiro evento resultado da Incorporação Reversa refere-se as baixas dos ativos intangíveis contra o Capital Social no montante de (R$ 258.956). **b) Baixa do Ágio e reconhecimento do Ativo Diferido:** O segundo evento refere-se a baixa do ágio na aquisição de controladas (R$ 173.889) e a constituição do Imposto de Renda diferido ativo (R$ 78.250) contra o Capital Social. Assim o resultado da incorporação reversa, deu-se pelo Ebury Banco de Câmbio S.A. ter incorporado as empresas: Ebury Banco Holding Participações Ltda., Ebury Brasil Holding Ltda. e Ebury Brasil Consultoria S.A., de uma só vez no mesmo ato societário da incorporadora, resultando uma nova estrutura:



A administração avalia continuamente as tendências de mercado e as mudanças regulatórias para adaptar seu modelo de negócio. O Banco continua investindo continuamente em projetos de tecnologia para impulsionar a evolução tecnológica e crescente oportunidades para expansão dos serviços cambiais.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) As demonstrações financeiras referem-se ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026, sendo apresentadas comparativamente com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2025 e com as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido e de fluxos de caixa do semestre encerrado em 30 de junho de 2025. A base de elaboração são de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976 e alterações da Lei nº 11.638/2007) associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A partir de 1º de janeiro de 2025, o banco adotou a Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução BCB 352/23, alterando os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros. A Resolução CMN nº 4.975/21 aprovou o CPC 06 – Arrendamento (R2) que trata dos conceitos de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, cujas operações, observadas as condições definidas no referido pronunciamento contábil, podem ser reconhecidas no balanço. Como expediente prático, a entidade não é obrigada a reavaliar se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial. A entidade pode não aplicar este pronunciamento a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4). Como o Banco escolheu o expediente prático só iremos aplicar os requisitos, para contratos celebrados (ou alterados) a partir da data da aplicação inicial. **b)** A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com a nova estrutura do plano de contas das instituições do sistema financeiro nacional (COSIF), de acordo com a Resolução CMN nº 4.858/2020 e IN BCB n° 426 que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2025. **c)** Com intuito de reduzir as diferenças na divulgação das demonstrações financeiras entre o determinado pelo COSIF e os padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil regulamentou, com base na Resolução CMN nº 4.818, de 29 de maio de 2020, novos procedimentos para elaboração de divulgação dessas demonstrações. Adicionalmente a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, estabeleceu diretrizes e critérios que passaram a ser obrigatórios. Entre as principais diretrizes estão: i) a nova estrutura e contas do Balanço Patrimonial apresentados por ordem de liquidez e exigibilidade; ii) a estruturada revisada de Demonstração do Resultado, visando alinhamento ao padrão internacional; iii) créditos tributários agora nomeados como "ativo e passivo fiscal diferido" e apresentado em grupos distintos no realizável e exigível a longo prazo; e iv) evidência em nota explicativa dos resultados recorrentes e não recorrentes. O Banco optou por apresentar o balanço patrimonial ativo e passivo na ordem de liquidez e na exigibilidade, respectivamente, nos termos do Art. 23 da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020. **d)** A Administração do Banco aprovou as demonstrações financeiras em 28 de agosto de 2026, estas estão alinhadas à legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância tanto com as normas e resoluções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil quanto pelo Conselho Monetário Nacional. As demonstrações incluem as melhores estimativas e premissas quanto à mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas e contingências, apesar das incertezas inerentes aos prazos de realização e valores. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. **e)** Moeda funcional: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra maneira. **f)** A Administração avaliou a capacidade do Banco de continuar operando normalmente e não identificou incertezas relevantes que possam gerar dúvidas quanto à sua continuidade operacional, razão pela qual estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base nesse pressuposto. **g)** Em 01 de janeiro de 2025 entrou em vigor os novos critérios contábeis estabelecidos no Art. 76 da Resolução CMN nº 4.966/21. O principal impacto após a adoção ocorreu na revalorização dos contratos de câmbio futuros a liquidar que passaram a ser mensurados pela curva cupom de mercado ("MtM ou Marcação a Mercado) e não mais pela taxa Ptax divulgada pelo Banco Central do Brasil. A partir de 01 de janeiro de 2025, o valor justo passou a ser reconhecido no balanço patrimonial (ativo ou passivo), e a variação do valor justo (oriundo da revalorização da carteira de câmbio futuro pela curva de mercado) impactando o resultado.

3. Resumo das principais políticas contábeis

a) Investimentos em participações: Controlada é a entidade sobre o qual o Banco exerce controle, independentemente da participação acionária. O Banco contabiliza seus investimentos na Ebury Soluções de Pagamentos pelo método de equivalência patrimonial. A participação do Banco nos lucros ou prejuízos na investida é reconhecida na demonstração do resultado em contrapartida do ativo investimento em participações. Quando a participação do Banco nas perdas for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Banco não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da investida. **b) Apuração dos resultados:** As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência *pro rata* ao dia. O reconhecimento de receitas e despesas são oriundas das operações de compra e venda de moeda estrangeira, as transferências internacionais em reais e as operações envolvendo instrumento cambial, de acordo com o disposto da Resolução BCB nº 277 de 2022 do Banco Central do Brasil, que instituiu o regulamento do mercado de Câmbio. A relação das operações, cujos fatos geradores contábeis resultam no reconhecimento do resultado de operações de câmbio, conforme cada tipo de instrumento financeiro: - Exportações e importações de mercadorias e serviços; - Operações interbancárias; - Transferências financeiras do exterior; - Transferências financeiras para o exterior; - Contas em moedas estrangeiras no país; - Contratos a termos; - Operações com ativos Virtuais (USD-C). Os contratos de câmbio podem ser celebrados pela liquidação pronta e futura, a mensuração ocorre pela taxa contratada pelo cliente, observada a regulamentação em vigor: **Operações de Liquidação Pronta**: operações cuja liquidação ocorre em até dois dias úteis da data de contratação do câmbio; **Operações de Liquidação Futura**: operações cuja liquidação ocorre acima de dois dias úteis da data de contratação do câmbio. **c) Caixa e Equivalentes de Caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Para ser considerada equivalente de caixa, uma aplicação financeira deve ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto. Essas aplicações com vencimentos de até 90 dias, visam gerenciar os compromissos de curto prazo e estão reconhecidas pelos respectivos custos amortizado acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço. A composição das disponibilidades registradas em caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas nas seguintes notas explicativas - Nº 4 - Disponibilidades; - Nº 5 - Aplicações Financeiras de liquidez; - Nº 8 - Conta de Pagamento Instantâneo (Pix). **d) Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira, ou seja, todas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da respectiva transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ganhos e perdas resultantes de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. **e) Instrumentos financeiros:** A instituição mantém seus instrumentos financeiros qualificados conforme resolução CMN 4.966/21, BCB 352/23 e regulações complementares. **e.1) Classificação de Instrumentos Financeiros:** Os critérios adotados para a classificação dos instrumentos financeiros se fundamentaram no modelo de negócio definido pela Administração. A avaliação levou em conta as características dos fluxos de caixa contratuais e a verificação de seu alinhamento com o critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ). Nesse contexto, os instrumentos financeiros foram categorizados da seguinte forma: **Custo Amortizado (CA):** Nesta categoria, são classificados os ativos financeiros que a instituição tem a intenção de manter para receber os fluxos de caixa contratuais, sem objetivo de venda no curto prazo. Tais ativos devem, obrigatoriamente, ter fluxos de caixa que se qualificam como SPPJ. A mensuração inicial ocorre pelo valor justo, e as despesas e receitas relativas aos custos de transação são apropriadas ao longo do tempo, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Esta categoria é aplicável a ativos financeiros que atendem ao critério SPPJ e que são geridos tanto para recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto para venda. A mensuração subsequente desses ativos é realizada pelo valor justo, sendo as variações registradas em uma conta de "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido. **Valor Justo no Resultado (VJR):** Nesta categoria, são classificados todos os demais ativos financeiros que não se enquadram nas categorias anteriores. Isso inclui, por exemplo, ativos cujos fluxos de caixa contratuais não atendem ao critério SPPJ ou que são mantidos com o objetivo de negociação e venda. As variações no valor justo desses ativos são reconhecidas diretamente no resultado do período. **e.2) SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros):** Verificou-se que os fluxos de caixa contratuais consistem somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal. Observou-se, ainda, que as taxas de juros aplicadas não apresentavam variações substanciais que pudessem impactar esses fluxos. Após a análise, concluiu-se que as operações de liquidação de câmbio e tesouraria baseadas em taxas de câmbio não atendem ao critério SPPJ, visto que não é somente pagamento de principal e juros, o que justifica sua classificação como Valor Justo no Resultado (VJR). Para novos produtos, o teste será realizado no momento da contratação, garantindo a conformidade com as normas regulatórias. **e.3) Variação Cambial (Hedge):** O Câmbio de compra e venda são mensurados a valor justo, sendo quaisquer ativos ou passivos em moeda estrangeira reavaliados na data da Posição Financeira. O Banco gerencia ativamente seu risco cambial por meio de hedges econômicos com vários bancos contrapartes. As exposições do Banco a diferentes moedas são monitoradas diariamente pelo departamento de Tesouraria. O departamento de Tesouraria do Banco mitiga o risco de mercado utilizando instrumentos de cobertura sob a forma de contratos cambiais futuros. Esses contratos mitigam o risco decorrente de movimentos nas taxas de câmbio de transações comerciais, ou ativos ou passivos reconhecidos, denominados em uma moeda que não é a moeda funcional do Banco, entre a data de início do contrato e sua conclusão. A eliminação desse risco também proporciona uma certeza razoável quanto ao montante dos fluxos de caixa futuros. **e.4) Mensuração de perda esperada:** O Ebury Bank atua exclusivamente como instituição de câmbio, prestando serviços de contas internacionais, pagamentos *cross-border* e gestão de risco cambial, não realizando operações de adiantamento ou concessão de crédito. Desta forma a aplicação da Resolução 4.966/21 no Banco restringe-se aos ativos financeiros mantidos no âmbito da tesouraria e liquidez. Os ativos financeiros sujeitos a mensuração de perda esperada são os saldos de disponibilidade e investimentos em moeda estrangeira. A provisão para perdas esperadas neste tipo de ativos, deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo na avaliação de três estágios de E1 a E3, no qual E1 são ativos de baixo risco pela exposição da moeda estrangeira; E2 são ativos que representem desvalorização; e E3 são ativos problemáticos, com evidencia objetiva de perda. As disponibilidades e investimentos em moedas estrangeiras são de Dólar Americano e Euro, moedas soberanas de países de alta classificação de risco e depósitos em banco correspondentes de primeira linha. Além disso, para mitigar o risco o banco adota práticas de proteção (derivativos) que visa neutralizar efeitos de perdas cambiais nas operações. O Banco classificou que o risco na alocação desses ativos é baixo e foi calculado com a média dos ratings externos pelo Banco. **f) Ativo circulante e realizável a longo prazo:** Estão demonstrados pelos valores de custo amortizado e/ou realizável líquido, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Com o objetivo de realizar uma melhor interpretação e conciliação com as notas explicativas. Para o ativo realizável a longo prazo, a administração realiza anualmente um estudo com avaliação de recuperabilidade de ativos em conformidade com a capacidade de recuperação do ativo. **g) Ativos imobilizados:** São demonstrados ao custo de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear. O quadro de depreciação com as taxas praticadas está demonstrado na nota explicativa nº 12. **h) Ativos intangíveis: Adquiridos:** São demonstrados ao custo de aquisição, líquidos das respectivas amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos direitos de uso. O quadro de amortização com as taxas praticadas está demonstrado na nota explicativa nº 13. **Desenvolvidos:** São demonstrados pelos custos diretos atribuídos aos ativos intangíveis desenvolvidos pelo Banco nos termos do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível (aprovado pela Resolução CMN nº 4.534, de 24 de novembro de 2016). Os ativos intangíveis registrados no Banco são aqueles que: i) exista viabilidade técnica para disponibilizar para uso; ii) a administração tem intenção de concluir e utilizar; iii) o Banco tem a capacidade de utilizar o ativo; iv) existe mercado para utilização dos desenvolvimentos feitos no ativo; v) utilidade do ativo; e vi) o Banco possui recursos técnicos e financeiros para conclusão e utilização do ativo. Os ativos intangíveis desenvolvidos pelo Banco estão demonstrados na nota explicativa nº 13. O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração. A amortização deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda ou incluído em um grupo de ativos classificado como mantido para venda ou, ainda, na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro. O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros. Se não for possível determinar esse padrão com segurança, deve ser utilizado o método linear. A despesa de amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado. **i) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*Impairment*):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.924/21 e em observância ao Pronunciamento Técnico 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os ativos com vida útil indefinida e ágio na aquisição de entidades controladas são revistos anualmente, para os demais ativos somente quando houver indícios. **j) Provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, bem como das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, sendo: **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando exista decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Provisões:** São constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos quanto à natureza das ações, a similaridade com processos anteriores e o posicionamento de tribunais. São constituídas provisões quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança e quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma eventual saída de recursos para a liquidação das obrigações. **Passivos contingentes:** De acordo com o CPC 25, é o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos contabilmente pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento já que são considerados perdas possíveis, e devem ser apenas divulgados em notas explicativas (nota explicativa nº 16). As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **k) Passivo circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrado pelos valores das obrigações assumidas e provisionadas até a data do balanço, com o objetivo de realizar uma melhor interpretação e conciliação com as notas explicativas. **l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro – Corrente e diferido:** O imposto de renda da pessoa jurídica corrente (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro (CSLL) corrente foram calculados com base no lucro tributável ajustado, nos termos da legislação vigente à época. Sendo a alíquota de IRPJ de 25% (15% mais um adicional de 10% sobre a parcela do lucro que excede a R$ 240) e CSLL de 20%. O imposto de renda da pessoa jurídica diferido (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro (CSLL) diferido (ativo e passivo fiscal diferido) são calculados sobre o valor das diferenças temporárias e base negativa de prejuízo fiscal, quando houver, com base nas alíquotas vigentes à época, desde que a realização desses ativos seja, comprovadamente, considerada provável de ocorrer. Devido a incorporação reversa, o Banco registrou a baixa do Ágio por expectativa de rentabilidade Futura, e constituiu no registro da incorporação o benefício fiscal (Imposto de Renda Diferido Ativo). Conforme "art. 21 – BCB 4.817/2020, em processos de aquisições de participação em coligadas ou controladas cujo vendedor da participação faça parte do mesmo grupo econômico da instituição adquirente, o valor pago que exceder o valor justo dos ativos identificáveis deduzido do valor justo dos passivos assumidos da investida na data-base da operação, calculado com base na proporção da participação adquirida no capital da investida sobre o valor do patrimônio líquido da investida ajustado naquela data, não deve ser classificado como ágio por expectativa de rentabilidade futura, devendo ser registrado diretamente no patrimônio líquido. **m) Resultado recorrente e não recorrente:** Resultado recorrente refere-se atividades usuais do Banco em seu contexto de negócios, ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente caracteriza-se por eventos extraordinários e/ou imprevisíveis, com tendência de não se repetir no futuro.

4. Disponibilidades

Composição	30/06/2026	31/12/2025
Banco Central reservas livres em espécie	80	96
Depósitos bancários	4	378
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	16.804	19.246
Total	**16.888**	**19.719**

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Composição	30/06/2026	31/12/2025
Operações compromissadas - Letras Financeiras do Tesouro Nacional	70.036	124.064
Aplicações em moeda estrangeira	9	-
Total	**70.045**	**124.064**

As operações compromissadas são realizadas com prazo de liquidação em D+1, e são classificadas ao custo amortizado.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), conforme os critérios de classificação e mensuração aplicáveis aos instrumentos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e as variações reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (ORA), no patrimônio líquido, líquidas dos efeitos tributários e reclassificadas para o resultado quando a baixa do ativo. Os títulos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

		30/06/2026		31/12/2025	
Composição	**Vencimentos**	**Valor de mercado**	**Valor de custo**	**Valor de mercado**	**Valor de custo**
LFT	Acima de 609 dias	79.013	79.093	87.513	87.644
Total		**79.013**	**79.093**	**87.513**	**87.644**

7. Recompras a Liquidar – Outros instrumentos derivativos

O Banco realiza operações com outros instrumentos derivativos: NDF (*Non Deliverable Forward*), contratos a termo de moedas negociado em mercado balcão e que tem objetivo de estabelecer, antecipadamente, uma taxa cambial em uma data futura. O Banco pode utilizar estratégias com derivativos como parte de sua política de produtos. Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, a partir de 01 de janeiro de 2025, o Banco passou a reconhecer no Balanço Patrimonial o valor justo da carteira de câmbio. O Valor *notional* dos contratos é utilizado exclusivamente para fins de controle, gestão de risco e divulgação não constituindo base para reconhecimento contábil. As operações a valor justo praticadas pelo Banco e reconhecidas no balanço patrimonial em 30 de junho de 2026, estão discriminadas a seguir:

Composição	30/06/2026	31/12/2025
NDF - Valorização Marcação a Mercado	-	1.140
Câmbio Futuro - Valorização Marcação a Mercado	7.827	9.106
Câmbio Pronto - Valorização Marcação a Mercado	298	320
Instrumentos Financeiros USD Futuro	16	1.795
Total Ativo	**8.141**	**12.361**
NDF - Valorização Marcação a Mercado	33	400
Câmbio Pronto - Valorização Marcação a Mercado	-	302
Câmbio Futuro - Valorização Marcação a Mercado	-	7.577
Total Passivo	**33**	**8.278**

7.b) Resultado com operações de câmbio

Composição	30/06/2026	30/06/2025
Resultado de câmbio comprado/vendido	93.198	92.444
Total	**93.198**	**92.444**

8. Relações interfinanceiras

Composição	30/06/2026	31/12/2025
Banco Central - conta de pagamento instantâneo	63.637	3.080
Total	**63.637**	**3.080**

Os recursos recolhidos junto ao Banco Central do Brasil em Conta de Pagamentos Instantâneos (Conta PI), a partir de agosto de 2022, passaram a ser remunerados com base na Taxa Selic nos termos do Art. 23-A da Resolução BCB nº 195, de 3 de março de 2022.

9. Outros ativos

Composição	30/06/2026	31/12/2025
Devedores diversos - exterior	391	498
Valores a receber sociedades ligadas	191	224
Despesas antecipadas	1.202	1.396
Impostos a Compensar	2.297	691
Impostos e contribuições a compensar	23	23
Depósitos judiciais	403	236
Depósito caução	72	50
Adiantamento a Fornecedores	33	33
Adiantamentos para viagens	1	4
Rendas a receber	781	23
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.996	225
Título de Crédito - *Escrow Account (i)*	22.790	21.344
Total	**31.180**	**24.747**
Circulante	31.180	24.747
Não circulante	-	-
Total	**31.180**	**24.747**

(i) Contrato de *Escrow Account* firmado entre ex-sócios do Grupo Bexs (investida) e a Ebury Consultoria (Incorporada). Foi depositado pela compradora na conta Escrow no Banco Santander (aplicação CDB, liquidez diária 99% CDI), no qual o valor tem objetivos ser usado como garantia por qualquer obrigação de indenização dos vendedores, conforme os termos em contrato. Até Jun/2026 houve pagamento de duas parcelas anuais (2024 e 2025), considerando o rendimento da Aplicação.

10. Participações em controladas

	01/01/2026	Aquisição	Baixa	Equivalência	30/06/2026
Ebury Soluções de Pagamentos Ltda. (i)	13.980	-	-	(1.320)	12.660
Total	**13.980**	**-**	**-**	**(1.320)**	**12.660**
	01/01/2025	**Aquisição**	**Baixa**	**Equivalência**	**31/12/2025**
Ebury Soluções de Pagamentos Ltda. (i)	-	13.745	-	235	13.980
Total	**-**	**13.745**	**-**	**235**	**13.980**

Em 06 de dezembro de 2025, o Banco adquiriu o investimento da Ebury Soluções de Pagamentos Ltda, resultado da incorporação Reversa (Vide Nota 01), nesse contexto o Banco incorporou a Ebury Brasil Holding Ltda que era controladora de 100% da Ebury Soluções.

11. Ativo fiscal diferido

Composição	31/12/2025	Constituição	Realização	30/06/2026
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	1.163	80	-	1.243
Ajuste ao valor de mercado de Título e valores mobiliários	58	-	(22)	36
Provisão PLR Funcionários	1.070	719	(903)	886
Provisão de Bônus	82	555	(150)	487
Provisão de Prêmio por desempenho	1.850	14	(731)	1.133
Provisão de Comissões	-	957	-	957
Provisão de Pagamentos a Efetuar	-	588	-	588
Ativo Diferido da Incorporação do ágio	78.250	-	(7.825)	70.425
	82.473	**2.913**	**(9.631)**	**75.755**
Composição	**31/12/2024**	**Constituição**	**Realização**	**31/12/2025**
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	406	890	(133)	1.163
Ajuste ao valor de mercado de Título e valores mobiliários	50	9	-	58
Provisão PLR Funcionários	727	1.800	(1.457)	1.070
Provisão de Bônus	748	1.683	(2.348)	82
Provisão de Prêmio por desempenho	756	2.267	(1.173)	1.850
Ativo Diferido da baixa do ágio na incorporação reversa	-	78.250	-	78.250
	2.687	**84.899**	**(5.111)**	**82.473**

As bases para constituição do ativo fiscal diferido nos respectivos períodos estão abaixo demonstradas:

30/06/2026	Base IRPJ 25%	Base CSLL 20%	Ativo Fiscal
Contingências trabalhistas	2.761	2.761	1.243
Ajuste ao valor de mercado de TVM	80	80	36
Provisão PLR Funcionários	1.967	1.967	886
Provisão de Bônus	1.087	1.087	487
Provisão de Prêmio por desempenho	2.515	2.515	1.133
Provisão de Comissões	2.126	2.126	957
Provisão de Pagamentos a Efetuar	1.308	1.308	588
Ágio da Incorporação Reversa	156.500	156.500	70.425
Total	**168.344**	**168.344**	**75.755**

31/12/2025	Base IRPJ 25%	Base CSLL 20%	Ativo fiscal
Contingências trabalhistas	2.584	2.584	1.163
Ajuste ao valor de mercado de TVM	130	130	59
Provisão PLR Funcionários	2.378	2.378	1.070
Provisão de Bônus	68	333	84
Provisão de prêmio por desempenho	4.107	4.107	1.848
Ágio na Incorporação Reversa	173.889	173.889	78.250
Total	**183.157**	**183.421**	**82.473**

O Banco, fundamentado por estudo técnico, considerando os resultados projetados para os próximos anos, estimou que a realização desses créditos tributários ocorrerá nos próximos 5 anos.

Descrição	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Valor a ser realizado	5.417	9.223	13.995	19.896	27.162	75.693
Proporção	7%	12%	18%	26%	36%	100%

12. Imobilizado de uso

		30/06/2026			31/12/2025
Composição	**Taxa**	**Custo de aquisição**	**Depreciação**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Instalações e benfeitorias	10%	3.764	(1.286)	2.478	2.765
Móveis e equipamentos de uso	10%	777	(473)	304	258
Sistema de comunicação – equipamentos	10%	310	(118)	192	207
Sistema de processamento de dados	20%	4.826	(3.108)	1.718	1.332
Sistema de segurança	10%	36	(36)	-	2
Direitos de Uso	-	187	(30)	157	-
Total		**9.900**	**(5.051)**	**4.849**	**4.564**

O Banco manteve os saldos dos bens registrados no ativo imobilizado ao custo histórico em razão de não terem sido identificados indícios de desvalorização. Ressaltamos que esses saldos não excedem o valor recuperável. Abaixo segue a movimentação dos ativos imobilizados no período:

Composição	31.12.2025	Adição	Baixa	Reclass.	Depreciação	30.06.2026
Instalações e benfeitorias	2.765	-	-	-	(287)	2.478
Móveis e equipamentos de uso	258	76	-	-	(30)	304
Sistema de comunicação	207	-	-	-	(15)	192
Sistema de proc. de dados	1.332	656	-	-	(270)	1.718
Sistema de segurança	2	-	-	-	(2)	-
Direitos de Uso (i)	-	187	-	-	(30)	157
Total Imobilizado	**4.564**	**919**	**-**	**-**	**(634)**	**4.849**

12.1. Arrendamentos: Para quaisquer novos contratos celebrados após 1º de janeiro de 2026, o Banco considera se um contrato é, ou contém um arrendamento. Um arrendamento é definido como "um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período, em troca de uma contraprestação". Para aplicar esta definição, o Banco avalia se o contrato atende a três critérios, a saber: o contrato contém um ativo identificado, que é explicitamente identificado no contrato; ou implicitamente especificado por ser identificado quando o ativo é disponibilizado ao Banco. O Banco tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado ao longo do período de uso, considerando os seus direitos no âmbito definido do contrato. O Banco reconhece passivos de arrendamento como aqueles que correspondem ao pagamento futuro total a valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento com uma taxa descontada e um ativo de direito de uso, mensurado inicialmente ao valor de custo. Posteriormente, o ativo é reduzido pela depreciação acumulada e por quaisquer perdas por *impairment* ou remensurações, quando aplicável. O passivo é reduzido pelos pagamentos efetuados e pelos juros sobre os fluxos de pagamentos. Na data de início do arrendamento, o Banco reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no balanço patrimonial. O ativo de direito de uso é mensurado ao custo, que é composto pela mensuração inicial do passivo de arrendamento, quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Banco. O Banco deprecia os ativos de direito de uso pelo método linear desde a data de início do arrendamento até o final do prazo de arrendamento. Na data de início, o Banco mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos de arrendamento não pagos naquela data, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento se essa taxa estiver prontamente disponível ou a taxa incremental de empréstimo do Banco. Após a mensuração inicial, o passivo será reduzido para pagamentos realizados e aumentado para juros. Ele é reavaliado para refletir qualquer reavaliação ou modificação, ou se houver alterações nos pagamentos fixos substantivos.

i.) Saldos reconhecidos no Balanço patrimonial

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos de Direito de Uso		
Imóveis (Nota.12)	157	-
Total	**157**	**-**
Passivos de Arrendamento (Nota.17)		
Imóveis - Circulante	71	-
Imóveis - Não circulante	92	-
Total	**163**	**-**

ii.) Movimentação de saldos do Balanço Patrimonial

Ativos de Direito de Uso	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Saldo em 1° de janeiro de 2026	-	-
(+) Adição por novos contratos	187	-
(-) Despesa de depreciação	(30)	-
(=) Saldo em 30 de junho de 2026	**157**	**-**
Passivos de Arrendamento	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Saldo em 1° de janeiro de 2026	-	-
(-) Juros Pagos	(10)	-
(+) Adição por novos contratos	210	-
(-) Pagamentos	(37)	-
(=) Saldo em 30 de junho de 2026	**163**	**-**

iii.) Saldos reconhecidos da demonstração do resultado

	30/06/2026	30/06/2025
Direito de uso de Imóveis	(30)	-
Despesas com juros	(10)	-
Total	**(40)**	**-**

13. Intangível

		30/06/2026			31/12/2025
Composição	**Taxa**	**Custo de aquisição**	**Amortização**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Software licença de uso	20%	226	(221)	5	20
Projeto Finalizado	20%	36.376	(7.082)	29.294	31.605
Desenvolvimentos de novos projetos (i)		16.124	-	16.124	11.016
Total		**52.726**	**(7.303)**	**45.423**	**42.641**

(i) Os ativos intangíveis do Banco estão em desenvolvimento e são registrados pelo método de custo e possuem vida útil definida. A vida útil média estimada dos ativos intangíveis é de 8 anos e a amortização iniciará quando da conclusão desses ativos. R$ 29.294 representam projetos finalizados e que já entraram em produção até o semestre de 2026. R$ 16.125 representam projetos em fase final e entrarão em produção no decorrer do exercício de 2026.

Abaixo segue a movimentação dos ativos intangíveis no período:

Composição	31.12.2025	Adição	Baixa	Reclassificação	*Impairment*	Amortização	30.06.2026
Software licença de uso	20	-	-	-	-	(16)	4
Projeto Finalizado	31.605	-	-	-	-	(2.311)	29.294
Desenvolvimentos de novos projetos	11.016	5.109	-	-	-	-	16.125
Total Intangível	**42.641**	**5.109**	**-**	**-**	**-**	**(2.327)**	**45.423**

14. Depósitos

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.426, de 21 de dezembro de 2006, é facultado aos bancos de câmbio oferecer contas de depósitos sem remuneração, não movimentáveis pelo titular, cujos recursos sejam destinados à realização de operações ou à contratação de serviços relacionados a seu objeto social.

Composição	30/06/2026	31/12/2025
Outros depósitos - conta de pagamento	31.565	48.148
Total	**31.565**	**48.148**

15. Relações interdependências

Registra-se nesta conta o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, a serem cumpridas no país por seu contravalor em moeda nacional, bem como o valor das ordens de pagamento originárias do país e ainda não cumpridas no exterior.

Composição	30/06/2026	31/12/2025
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	23.893	14.173
Total	**23.893**	**14.173**

16. Provisões - passivos contingentes

O Banco é parte em processos administrativos e ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, em análise das demandas judiciais pendentes e em decisões anteriores às qualidades reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas com as ações em curso:

a) Processos trabalhistas: O Banco figura como parte em processos trabalhistas. Os principais temas abordados nesses processos versam sobre diferenças salariais, participação nos lucros e resultados (PLR), benefícios das normas coletivas, horas extras, indenização por danos morais, dentre outros. O montante total discutido das ações classificadas com risco provável é de R$ 2.761 (R$ 2.583 em 31 de dezembro de 2025).

Processos Trabalhistas	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício/semestre	**2.583**	**901**
Complemento de Provisão (ii)	178	2.106
Reversão de Provisão (i)	-	(424)
Reversão de Provisão por pagamento	-	-
Saldo no final do exercício/semestre	**2.761**	**2.583**

(i) No exercício de 2025 foi registrado uma reversão de provisão trabalhista no montante de R$ 424, devido a atualização do processo trabalhista.
(ii) Houve complemento de provisão relativo a processos de reclamações trabalhistas no início do semestre de 2026 e exercício de 2025.

O montante total discutido das ações classificadas como risco possível é de R$ 4.523 (R$ 3.285 em 31 de dezembro de 2025).

b) Processos Fiscais: O Banco não figura como parte em processos fiscais de natureza passiva. **c) Processos Cíveis:** O Banco figura como parte em processos civis diretamente ligados ao consumidor, no qual os principais temas abordados são requisição de extratos bancários, falhas sistêmicas, falta de documentação na abertura de conta. Não há causas prováveis em discussão. O montante total discutido das ações classificadas como risco possível é de R$ 1.681 (R$ 186 em 31 de dezembro de 2025).

17. Outros passivos

Composição	30/06/2026	31/12/2025
IOF sobre operações de câmbio	3.521	6.462
Negociação e intermediação de valores	22.043	19.252
Provisão despesas de pessoal	10.015	8.278
Fiscais e previdenciárias (i)	3.325	3.650
Provisão despesas administrativas (ii)	4.142	3.336
Provisão outras despesas operacionais (iii)	2.127	4.348
Provisão de IRPJ e CSLL s/ Lucro (i)	13.275	20.759
Antecipação de IRPJ e CSLL (i)	(12.389)	(11.885)
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.134	1.034
Provisão para participação nos lucros	1.967	2.377
Provisão a Pagar Antigos Acionistas (v)	42.000	42.000
Garantia Aquisição Bexs - *Escrow Account* (iv)	22.460	21.014
Arrendamento Mercantil (vide Nota 12.1)	163	-
Total	**113.783**	**120.626**

(i) Fiscais e previdenciárias – Composição

Composição	30/06/2026	31/12/2025
Provisão de IRPJ e CSLL s/ Lucro	13.275	20.759
Antecipação de IRPJ e CSLL	(12.389)	(11.885)
Impostos e contribuições a recolher sobre serviços de terceiros	1.123	1.468
Impostos e contribuições sobre salários	1.051	1.182
PIS/COFINS sobre receita operacional	1.035	960
Outros tributos federal/municipal	135	40
Imposto de renda sobre juros sobre o capital próprio	(20)	-
Total	**4.210**	**12.524**

(ii) Despesas administrativas referem-se principalmente a processamento de dados, serviços do sistema financeiro e serviços técnicos especializados;
(iii) Despesas operacionais referem-se a convênios firmados com parceiros.
(iv) Contrato de *Escrow Account* firmado entre ex-sócios do Grupo Bexs (investida) e a Ebury Consultoria (Incorporada). Foi depositado pela compradora na conta Escrow no Banco Santander (aplicação CDB, liquidez diária 99% CDI), no qual o valor tem objetivos ser usado como garantia por qualquer obrigação de indenização dos vendedores, conforme os termos em contrato. Até Jun/2026 houve pagamento de duas parcelas anuais (2024 e 2025), considerando o rendimento da Aplicação Escrow o valor atualizado no 1° semestre 2026 foi de R$ 22.460.
(v) Montante de R$ 42.000, registrados através da incorporação reversa da Ebury Banco Holding. Este valor refere-se aos lucros acumulados antes da aquisição do Grupo Bexs (até 2023), que foi provisionado a ser pago aos ex-sócios do Bexs, caso as causas contratuais do contrato de compra forem 100% atendidos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social: O Capital Social de 30 de junho de 2026 é de R$ 150.108.735,94 (cento e cinquenta milhões, cento e oito mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos), sendo composto por 150.108.735 (cento e cinquenta milhões, cento e oito mil, setecentos e trinta e cinco) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Este aumento de capital de R$ 22.560.000,00 de 31 de dezembro de 2025 (R$ 127.548.735,94) para 30 de junho de 2026 (R$ 150.108.735,94), refere-se: i) R$ 22.560.000,00 (vinte e dois milhões, quinhentos e sessenta mil reais) como ato subsequente a Reorganização Societária, pelo aumento de capital social do Banco, mediante a emissão de 22.560.000 (vinte e dois milhões, quinhentos e sessenta mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Ebury Brasil Participações S.A. (controladora direta do Banco após a aprovação da Reorganização Societária pelo Banco Central do Brasil) nos termos do boletim de subscrição, em 10 de fevereiro de 2026.

b) Reservas

Composição	30/06/2026	31/12/2025
Reserva legal	12.143	11.434
Prejuízos Acumulados	(4.937)	(18.400)
Total	**7.206**	**(6.966)**

No semestre findo em 30 de junho de 2026 foi constituída reserva legal no valor de R$ 709 (R$ 691 em 30 de junho de 2025). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi constituída reserva legal no valor de R$ 1.434.

c) Dividendos: Em 31 de dezembro de 2025 não foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios. Conforme previsto no art. 29 do Estatuto Social do Banco, o dividendo não será obrigatório no exercício social, pois a administração julgou incompatível com a situação financeira e devido ao prejuízo acumulado do Banco. A aprovação do não provisionamento dos dividendos mínimos obrigatórios foi registrada em Ata de aprovação das Demonstrações Financeiras em 25 de março de 2026.

19. Receita de prestação de serviços

Composição	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Corretagem de câmbio	-	10
Tarifa TIB recebida	-	5
Rendas de Conta não Residente	2.330	-
Rendas de Ativos Virtuais	819	-
Rendas de comissões	-	123
Total	**3.149**	**138**

20. Outras receitas operacionais

Composição	30/06/2026	30/06/2025
Reversão de provisões administrativas (i)	1.279	1.757
Reversão de provisões de contingências (ii)	-	424
Diferença de Liquidação	6	7
Variação monetária ativa	16	1.066
Variação Cambial Positiva	-	4
Outras receitas operacionais (iii)	822	436
Total	**2.123**	**3.694**

(i) Reversão de PLR provisionada a maior, e Reversão de Encargos sobre Bonificações pago a maior;
(ii) Reversão de atualização de processos trabalhistas patrocinados por advogados externos;
(iii) Outras Receitas referem-se a custos de reposição, no qual os clientes pagam por uma taxa, para ajustar ou modificar o prazo de um contrato de câmbio futuro.

21. Despesas de pessoal

Composição	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal, proventos	18.563	15.584
Pessoal, encargos	5.743	5.128
Pessoal, benefícios	4.684	3.580
Honorários	2.249	3.128
Bônus	754	525
Encargos sobre bônus	267	78
Indenização Non Compete	-	283
Pessoal, treinamento	187	147
Seleção e contratação	236	196
Remuneração de estagiários	35	22
Prêmio por Desempenho	104	-
Total	**32.822**	**28.671**

22. Outras despesas administrativas

Composição	30/06/2026	30/06/2025
Processamento de dados	9.978	8.949
Serviços do sistema financeiro	9.770	9.317
Serviços técnicos especializados	6.464	4.677
Propaganda e publicidade	266	146
Amortização e depreciação	2.961	2.379
Aluguéis	1.575	1.503
Comunicações	244	154
Outras despesas administrativas	1.339	1.577
Total	**32.597**	**28.702**

23. Despesas tributárias

Composição	30/06/2026	30/06/2025
COFINS	4.650	3.787
PIS	755	616
Outras despesas tributárias	319	146
Total	**5.724**	**4.549**

24. Outras despesas operacionais

Composição	30/06/2026	30/06/2025
Comissões pagas a parceiros (i)	14.605	6.674
Provisão para Risco de Crédito (ii)	-	229
Variação Cambial não realizada	-	82
Prejuízo na venda imóvel de uso	-	47
Erro Operacional	506	33
Outras Despesas Operacionais	25	1
Descontos concedidos s/ Câmbio	-	4
Total	**15.136**	**7.069**

(i) Comissões pagas a parceiros referem-se essencialmente a convênios firmados com parceiros;
(ii) Risco de crédito é o risco de incorrer perdas financeiras por parte de uma contraparte que não cumpra com suas obrigações contratuais, associadas a investimentos financeiros no exterior. Os riscos dos investimentos são em aplicações em moedas estrangeiras no exterior, e é mitigado através de análise mensal realizada pelo departamento de risco global do grupo Ebury;

25. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O resultado de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (CSLL) apurado está demonstrado no quadro abaixo:

	30/06/2026		30/06/2025	
Apuração da base de cálculo	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	26.586	26.586	24.425	24.425
	25%	20%	25%	20%
Imposto de renda e contribuição social	**(6.647)**	**(5.317)**	**(6.106)**	**(4.885)**
(Adições)/exclusões temporárias	(592)	(473)	208	156
(Adições)/exclusões permanentes	(330)	(264)	89	(9)
Subtotal	**(7.568)**	**(6.054)**	**(5.809)**	**(4.738)**
Utilização DTA	4.347	3.478	-	-
IRPJ Adicional (10%)	12	-	12	-
PAT	66	-	-	-
Total	**(3.143)**	**(2.576)**	**(5.797)**	**(4.738)**

26. Limites operacionais

Os requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência, do Nível I e do Capital Principal, são apurados pela Ebury Banco de Câmbio S.A., de acordo com a Resolução CMN nº 4.950, de 30 de setembro de 2021, por meio de metodologias definidas nas Resoluções CMN nº 4.955 e nº 4.958, ambas de 21 de outubro de 2021.

Em 30 de junho de 2026, os limites operacionais estão devidamente atendidos, com as informações reportadas entre o Patrimônio de referência e o mínimo exigido para o *RWA*. A situação do Banco em relação ao risco da exposição das operações financeiras está assim representada:

Composição	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de referência para comparação com RWA	118.518	78.198
Patrimônio de referência mínimo exigido para o RWA	80.030	49.362
Índice da Basileia	15,55%	14,93%

27. Transações com partes relacionadas

	30/06/2026 Ativos (Passivos)	30/06/2026 Receita (Despesas)	31/12/2025 Ativos (Passivos)	30/06/2025 Receita (Despesas)
Depósitos a vista (i)	(623)	-	(2.589)	-
Liquidação Pendente	-	-	(865)	-
Comissões pagas (ii)	-	(1.020)	-	(5.038)
Comissões a receber	-	-	-	-
Ressarcimento de Folha (iii)	(270)	(2.124)	(168)	(3.654)
Valores a pagar a Ligadas (iv)	(863)	-	-	-
Valores a receber a Ligadas (v)	191	-	133	-
Outros valores	-	-	-	(248)
Total	**(1.565)**	**(3.144)**	**(3.490)**	**(8.940)**

(i) Depósito da Ebury Soluções para fechamento de câmbio da modalidade PayIn;
(ii) Comissões pagas por fechamento de câmbio de clientes exclusivos da Ebury Soluções e Ebury Facilitadora.
(iii) Ressarcimento de folha de pagamento para Ebury Soluções: Salários, Encargos, Benefícios, Provisões Férias e 13º Salário.
(iv) Valores a Pagar da Ebury Partners UK Limit
(v) Valores a Receber referente a pagamento de fornecedores das empresas Ebury Participações

a) As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos;
b) Remuneração do pessoal-chave da Administração.

Os membros da Diretoria são remunerados com valores compatíveis com as responsabilidades de cada um e coerentes com a complexidade das operações realizadas, sem comprometer a geração de resultados e sua destinação, inclusive pela constituição de reservas.

O Banco incorreu nos seguintes pagamentos de valores fixos e variáveis aos Diretores:

Composição	30/06/2026	30/06/2025
Bônus pagos (Nota.21)	754	549
Proventos (Nota.21)	2.249	3.128
Encargos sociais (Nota.21)	267	289
Total	**3.270**	**3.966**

28. Gerenciamento de risco operacional

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, art. 32º, o Ebury Banco de Câmbio S.A. gerencia seus riscos operacionais em consonância com as disposições regulamentares e com as melhores práticas do mercado. A Diretoria está consciente e engajada na gestão do referido risco, tendo definido e aprovado a política de gerenciamento, coordenado as atividades de gestão relacionadas a esse risco e disponibilizado recursos humanos e materiais adequados para tal fim.

29. Gerenciamento de risco de mercado

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, art. 25º, o Ebury Banco de Câmbio S.A. possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado, que é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição em taxas de juros e taxas de câmbio da instituição. As aplicações financeiras são concentradas em ativos de emissão do governo federal. A política de gerenciamento de risco de mercado contempla decisões relativas à utilização de derivativos e hedge.

30. Gerenciamento de risco de liquidez

Em observância ao que estabelece a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, art. 37º, o Ebury Banco de Câmbio S.A. possui política de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a complexidade de suas operações e adequada ao fluxo de entradas e saídas das operações de câmbio das quais intermedia, além das saídas para liquidar compromissos administrativos.

31. Gerenciamento de capital

Os objetivos do Ebury Banco de Câmbio S.A. na gestão de capital concentram-se principalmente nos seguintes aspectos: • Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados onde opera; • Salvaguardar a capacidade operacional para que continue proporcionando retorno aos acionistas e benefícios aos demais "*stakeholders*"; e • Manter base de capital para suportar o desenvolvimento de seus negócios. A adequação da quantidade de capital do Banco e o seu uso são monitorados por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Comitê da Basileia, e na forma orientada pelo Banco Central do Brasil, para fins de supervisão. As informações exigidas são submetidas periodicamente ao órgão competente.

32. Análise de sensibilidade

A Ebury Banco de Câmbio S.A. exerce a gestão do risco de mercado em conformidade com o estabelecido nos normativos emitidos pelo Banco Central do Brasil, fazendo uso das melhores práticas de mercado, atuando de forma conservadora e mantendo a exposição de risco de mercado dentro dos limites definidos, visando minimizar a materialização das perdas, uma vez que estas podem impactar seu Patrimônio de Referência (PR) e consequentemente degradar as condições de normalidade operacional e continuidade de seus negócios.

O quadro abaixo demonstra os valores das exposições relacionadas aos riscos, usando como teste de sensibilidade, considerando um cenário de deterioração dessas exposições.

1. Cálculo do índice de Basiléia

Período	PR (100)	Σ RWA	RWA	% IB	Σ LIMITE	RWACPAD (700)	RWASP (750)	RWAMPAD (770)	RWAOPAD (870)
jun/25	64.461	486.269	51.058	13,26%	10,50%	16.028	186	93.403	376.651
dez/25	70.198	470.112	49.362	14,93%	10,50%	56.348	647	43.355	369.761
Jun/26	118.518	762.193	80.030	15,55%	10,50%	77.873	1.241	171.670	511.409

O Índice de Basileia da instituição registrou um avanço para 15,55% em junho de 2026, em comparação com os 13,26% do inicio do 2° semestre de 2025. Essa melhoria é atribuída a dois componentes principais: a) O desempenho financeiro consistente, com um Lucro Líquido (LL) acumulado; b) A redução da parcela RWAcam, que por sua vez influenciou a parcela RWApad. Esta queda é reflexo do monitoramento da exposição cambial da instituição no último dia do mês. c) Aumento de capital no final de 2025 e inicio de 2026.

2. Composição do RWA

Período	ΣRWA	RWACPAD (700)	RWASP (750)	RWAMPAD (770)	RWAOPAD (870)
dez/25	470.112	56.348	647	43.355	369.761
jan/26	616.896	55.844	710	48.933	511.409
fev/26	656.063	98.904	751	45.000	511.409
mar/26	630.926	69.485	891	49.141	511.409
abr/26	757.542	71.159	1.110	173.865	511.409
mai/26	724.334	75.168	1.187	136.570	511.409
jun/26	762.193	77.873	1.241	171.670	511.409

RWAmpad: A parcela apresentou um aumento de R$ 48.933 mil em janeiro de 2026 para R$ 171.670 mil em junho de 2026, totalizando **+250,83%** no semestre. Tal aumento foi o principal motivador para a dinâmica do indicador consolidado, representando **84,47% da variação acumulada** do RWA total. **RWAcpad**: A parcela de risco de crédito (RWACPAD) registrou um aumento de R$ 55.844 mil para R$ 77.873 mil, causando uma variação de **39,45%** no semestre e respondendo por **15,16%** da variação total do RWA. **RWAsp**: A parcela RWASP registrou um aumento de R$ 710 mil para R$ 1.241 mil, refletindo um crescimento de **74,79%** no semestre. Cabe destacar que esta foi a única componente a apresentar uma trajetória de alta ininterrupta mês a mês. Contudo, seu impacto na composição do RWA total permanece imaterial, contribuindo com apenas **0,37%** da variação acumulada. **RWAopad** - Permaneceu a mesma. As instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil estão passando por uma transição de metodologia de cálculo desta parcela, isso significa que o cálculo do RWAopad será a diferença entre o valor apurado pela metodologia antiga e a nova, somando-se um percentual gradativo ao longo dos anos: 2025: 25%, 2026: 50%, 2027: 75% e a partir de 2028: Adoção total da nova metodologia.

33. Ouvidoria

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.860, de 23 de outubro de 2020.

34. Resultado não recorrentes

No semestre de 30 de junho de 2026 o Banco não incorreu em qualquer "Resultado não recorrente" que requer divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

35. Eventos subsequentes

O Banco Central do Brasil reforçou o entendimento comunicado a instituições do mercado, incluindo bancos e fundos de investimento, sobre a ilegalidade de operações de câmbio destinadas à importação de ativos virtuais quando estas caracterizam atividade de intermediação por parte de fundos de investimento, determinando a descontinuidade imediata desse tipo de operação. A partir de julho de 2026, mediante revisão do apetite de risco da Instituição e em atenção à recomendação do Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros (Decon) do Banco Central do Brasil, a Administração do Banco decidiu suspender a oferta de operações de câmbio destinadas à aquisição de ativos virtuais por fundos de investimento, em razão dos riscos inerentes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (LD/FT) associados a esse tipo de operação.

A Diretoria

José Garcia Esteban
Diretor Financeiro

Igor Ikenaga
Contador - CRC n°1SP 314031/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ebury Banco de Câmbio S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ebury Banco de Câmbio S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2026

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Manoel Leite
CRC 1SP208338/O-0